

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UFRO)
CENTRO DE HERMENÊUTICA DO PRESENTE

PRIMEIRA VERSÃO

ANO III, Nº166 - OUTUBRO - PORTO VELHO, 2004
VOLUME XI

ISSN 1517-5421

EDITOR
NILSON SANTOS

CONSELHO EDITORIAL

ALBERTO LINS CALDAS - História - UFRO
CLODOMIR S. DE MORAIS - Sociologia - IATTERMUND
ARTUR MORETTI - Física - UFRO
CELSO FERRAREZI - Letras - UFRO
HEINZ DIETER HEIDEMANN - Geografia - USP
JOSÉ C. SEBE BOM MEIHY - História - USP
MARIO COZZUOL - Biologia - UFRO
MIGUEL NENEVÉ - Letras - UFRO
ROMUALDO DIAS - Educação - UNICAMP
VALDEMIR MIOTELLO - Filosofia - UFSC

Os textos no mínimo 3 laudas, tamanho de folha A4, fonte Times New Roman 11, espaço 1.5, formatados em "Word for Windows" deverão ser encaminhados para e-mail:

nilson@unir.br

CAIXA POSTAL 775
CEP: 78.900-970
PORTO VELHO-RO

TIRAGEM 200 EXEMPLARES

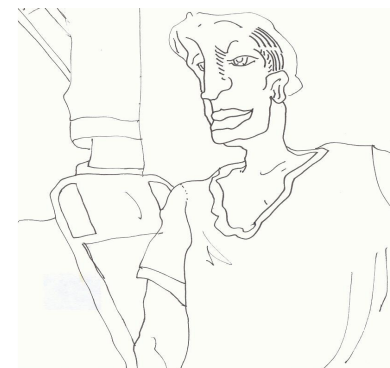
EDITORA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

PRIMEIRA VERSÃO

ISSN 1517-5421

lathé biosa

166



FLÁVIO DUTKA

A UNIVERSIDADE E O FETICHE DO PRIVADO

Walterlina Brasil



Walterlina Brasil

Professora do Departamento de Educação - UFRO
wal@unir.br

A UNIVERSIDADE E O FETICHE DO PRIVADO

Em 1992 o V Seminário da Comissão "Educação e Sociedade" do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso), realizado em Caracas, discutiu uma série de questões relativas ao Ensino Superior sintetizadas em uma coletânea de artigos publicados em 1994 em um livro intitulado *Dilemas do Ensino Superior na América Latina*. (Papyrus). Neste seminário, a argentina Hebe Vessuri (civic-venezuela) já abordava sobre os "Acadêmicos Empresários. Por que e como alguns professores escolhem trabalhar com o setor produtivo a partir do meio acadêmico", e em seu artigo centra-se em uma importante questão: de *como* a academia, através de seus pesquisadores se vinculariam a iniciativa privada com a finalidade de estreitar e transformar em tecnologias seus "produtos" (resultantes das pesquisas que realizavam). Neste estudo algumas constatações (que vem sendo cada vez mais restauradas atualmente), indicavam duas evidências fundamentais: em primeiro lugar a questão da desconfiança na visão do setor produtivo ante as idéias vantajosas apresentadas pelos pesquisadores; em segundo lugar que tal desconfiança provinha especialmente por dúvidas a respeito da condição e da pesquisa que a universidade seria capaz de produzir. O estudo já apontava – fundada em um enfoque microssociológico em 13 casos com iniciativas dentro do tema – para a complexidade das redes de valoração em que se formam as concepções acerca da atividade científica e o que a tornaria relevante socialmente, quais perspectivas no setor estatal poderiam ser empreendidas para estimular a que essas experiências prosperassem, bem como a visão universidade-cientista-setor privado sobre a natureza do conhecimento e sua aplicabilidade; a intenção comercial sobre a ciência e os cientistas empresariando esta intenção.

Em que pese uma aparente visão mercadológica (que deverá ser atribuída a minha tentativa de síntese, não ao texto que menciono), em linhas gerais o estudo indicava que as motivações e mecanismos que os acadêmicos empresários têm relacionam-se com uma revisão conceitual sobre até que ponto a Universidade seria uma torre de marfim, em que medida e em que áreas poderia estar sendo e quais os mecanismos e estratégias que os cientistas acadêmicos deveriam observar para não sê-lo e obter sucesso nesse vínculo universidade e iniciativa privada.

Recentemente, em Brasília, as impecáveis funcionárias da burocracia federal, corriam nos seus saltos para lá e para cá para trazer "ao corrente" os expedientes e digitantes para dar suporte às inúmeras auditorias que iriam "visitar" as IFES por conta dos professores que estavam desrespeitando o instituto da gratificação de Dedicção Exclusiva - DE. Constatou-se documentalmente que os professores que deveriam prestar serviços exclusivamente nas IFES Universitárias estariam trabalhando em instituições privadas: assessorando, coordenando e, a maioria, "dando aula" , em tempos e horários legalmente incompatíveis com os critérios da referida gratificação ! O fato é que estariam deixando a descoberto as outras responsabilidades que julgam necessárias para o seu exercício funcional.

As duas questões identificadas inicialmente evidentemente são muito distintas. Certamente não cabe **compará-las**. E não é este o propósito aqui. Mas seu ponto de partida indicam algumas referências sobre como ajustar um diálogo sobre o uso do tempo profissional na tarefa acadêmica. Vê-se no primeiro caso, tratar-se de ancorar um debate responsável quanto as reais condições e possibilidades de uma relação “científica” entre a Universidade e o setor produtivo, apresentando evidências de como os “cientistas” acadêmicos estavam tratando isto e quais alternativas pareciam ser aquelas de maior sucesso. Dentre os treze casos apontados, buscou-se traçar um debate sobre como o conhecimento que a universidade produz pode expandir-se socialmente e as circunstâncias em que os próprios cientistas empresariam suas idéias.

A segunda questão, provavelmente majoritária em termos de conjuntura institucional, trata da comercialização dos recursos do governo pela iniciativa privada, contando com a aquiescência e interesse dos próprios professores universitários. Estes necessariamente não são cientistas e não estão negociando qualquer processo de inovação técnica ou tecnológica, mas vendendo – ou agregando mais renda aos ganhos individuais – sua força de trabalho mais elementar: a docência. Todas as IFES Universitárias da Amazônia estão denunciadas em Brasília por conta de seus quadros “exclusivos” exercerem ilegalmente outras atividades ou pertencerem, da mesma forma, a outras instituições. Fatos portanto incompatíveis com as normas de seus contratos. As maiores chegam a ter 90% (noventa por cento) de seu pessoal DE denunciado com este comportamento.

Não creio que haja maior ou menor grau de importância ou dignidade entre uma ou outra tarefa (ciência ou docência), concordaremos que possuem seus *princípios estruturantes* (para lembrar Habermas) bem distinguidos, uma vez que possuem condição, grandeza, natureza e função qualificados de maneira específica. Portanto não é este o caso aqui também. A semelhança porém consiste em que ambas atividades devem ser objeto dos cuidados daquele que é contratado para atuar nas IFES Universitárias. E é na relação com o contrato que partem todas as questões. Os comentários, justificativas, lamentos, assombros sobre esta questão são de toda ordem: vão desde a questão salarial (“mas como viveríamos sem uma complementação salarial?”) às oportunidades pela competência profissional que estes detém (“mas este profissional oferece distinção e nome a nossa instituição!”). De fato estes argumentos tem seu valor e tem alguma força. E talvez sejam estes que esterilizem um pouco a polêmica a partir de outras possibilidades.

Tentáramos então proceder uma análise a partir de um “outro lado”, cujo marco estaria na relação individual em referência a um marco institucional que obtém como consequência duas atitudes: atuar **a partir do** público no público (como sociedade), com benefícios que podem ser intermediados pelo privado; ou **atuar no privado a partir do** público; ou seja, em que termos há o ajuste do individual em proveito das condições que lhe são adequadas no ambiente do funcionalismo público, utilizando-me da questão do regime DE da universidade para exemplificar isto.

A segunda questão portanto remeteria a uma necessidade de olhar mais atentamente os modos de ver a construção do ambiente, das relações e da figuração de cada qual nos papéis profissionais dentro do que considera seu trabalho. Uma possibilidade que provavelmente gere compreensões mais próximas ao

que menciono seria observar que há muito de fetichização do eu profissional, que se respalda no ambiente do cenário comportamental difundido e associado a iniciativa privada.

A docência pouco exclusiva e a conversão ao fetiche do privado

Em termos gerais os fetiches são constituídos assim: uma boa dose de fantasia e ilusionismo, e uma certa leviandade. Ocultam-se nos “pecados” e/ou devaneios, que não se mostram em essência, mas realizam e aliviam o “eu”. O serviço privado é pois, um fetiche, uma válvula de escape para o que não se consegue fazer ou dizer. E o público é a “Geni” (para lembrar Chico Buarque) de nossa realidade. Não há evidências, em termos objetivos, que o privado preste melhor serviço do que o público, tanto em qualidade como em resultados. Basta uma olhada no Censo da Educação Superior-2000 do INEP, região norte, para vermos isto.

Daí onde vejo o caso da dupla face da docência pouco exclusiva universitária. Não creio na explicação simplista do aumento de ganho salarial. Seria impossível dizer quanto iria satisfazer as necessidades de cada qual à medida que elas crescem conforme aumentam os ganhos e a necessidade de manter-se em um certo patamar, cujos parâmetros são enormemente variáveis. Igualmente não creio em uma riqueza generalizada do sistema privado e uma fartura salarial aí. As queixas mais contumazes em relação ao público estão em outro lugar, que organizo em dois elementos: 1) Na aparência das pessoas: gente mal vestida, mal humorada, falta de higiene e modos domésticos generalizados, vão da forma de atendimento logo na entrada, e tem seu ápice nos banheiros (onde as vassouras e panos de chão imundos convivem igualmente com papel higiênico, falta de água e vidros de desinfetantes abertos e ceras endurecidas por falta de uso); 2) Na aparência dos serviços: soluções pouco funcionais, burocráticas, redundantes, ineficientes ou indisponíveis, uso das tecnologias de comunicação e informação escasseadas e acintosas para os tempos e acessos atuais – onde as universidades gozam de certos privilégios – pouca eficiência e coerência interna, onde os setores básicos pouco podem fazer para dar conta dos hábitos capitais da preguiça e das condições para uma política preventiva de manutenção do patrimônio, além de proliferado o princípio de equidade interna (ganha quem falar mais alto ou representar algum tipo de liderança conspiratória).

O Estado, como uma instituição - cuja racionalidade burocrática prevalecente é traçada em favor da eficiência de seus usos e meios - admite por missão oferecer serviços qualificados, reconhecidos e categorizados como bem social (a educação evidentemente é um deles), e diz qual o pessoal necessário, quanto pode pagar-lhes e sob quais condições. Todas as organizações porém (estatal ou privada portanto), regem-se pela mesma lógica, além de agregar que seus quadros profissionais devem prestar os serviços nos termos em que aceitaram fazê-lo. Essa é uma suposição, liberal, com boa dose de realismo técnico. Assim, os serviços prestados nas diversas organizações geradas internamente no aparelhamento estatal devem ser ofertados da melhor maneira possível: bom atendimento com presteza, higiene, pontualidade, competência e por aí vai. Ocorre que nada disto parece atribuível aos serviços do Estado, mas ao privado, embora o primeiro exista

e ofereça estes serviços em função de que uma parcela significativa da população não lhes teria acesso se tiver necessariamente que pagar por eles, o que pareceria à primeira vista uma motivação fabulosa aos que tem a oportunidade de prestar o serviço, de fazê-lo bem.

Independentemente se na esfera pública ou privada supostamente todos foram “livres” para fazer esta opção e submeter-se aos rituais divulgados ao empregar-se. Entretanto o mesmo pensamento que criou esta “matriz”, a moveu para assentar-se em que estas evidências *organizações-pessoas-serviços* são relações impossíveis de serem harmonizadas se a condição de gerenciamento não for, por “estilo”, **privada**. Já sabemos que pode não ser assim, ou não ser só isto.

O “outro lado” que julgo valer dar ênfase é que, em que pese os termos técnicos, junto com o Contrato, o contratado leva suas expectativas de realização profissional e – pasme! – pessoal (aceitação, afeto, crescimento, paz interior, dentre outros). O ambiente de trabalho deveria se converter em um local favorável onde todos se sentissem bem, até porque é o local onde a pessoa passa a maior parte de seu dia. Leva pra este lugar porém seus “pecados capitais” (a preguiça, a luxúria, vaidade, gula, inveja, parecem os mais destacados) disputados agostinianamente com a resistência à corrupção individual: entre o senso de dever e o deus-dará em que o ambiente de trabalho se converte.

Converteu-se em senso comum, com fortes evidências empíricas, que a condição do público é irreversível e que jamais poderá ser alterado ou ser diferente para melhor, porque o público (ou as pessoas?) já estão tão corrompidas que será impossível alterar a conduta interna. Pior que isto, as rotinas institucionais viciadas e burras são igualmente impossíveis de serem alteradas porque algumas inteligências funcionais já cristalizaram-se e o pressuposto é sempre verdadeiro: todos somos culpados, inclusive antes que qualquer denúncia de incompetência seja feita. Além disto, as relações “estáveis” chegam as vias da agressão a privacidade alheia.

O serviço privado entende-se que deva ser assim: não há permissão para o mau-humor, para a falta de maquiagem e perfume, de vestimenta adequada, para o adiamento àquele serviço dentário nunca feito e, muito menos, para a impontualidade, a negligência e a desinformação. Como no público, são pessoas aquelas com as quais deve-se conviver, obviamente. Mas, ao contrário deste quem não corresponder, manipular as regras do jogo, beneficiar-se com maledicência da ausência alheia, pode desaparecer da rotina, sumir: ser demitido! As propostas pedagógicas da iniciativa privada surgem da vontade (e obrigação) que a instituição tem para expandir-se e independem da disposição dos contratados em alterar ou não seus horários e disponibilidade, embora seja sempre bom que se consiga que o “trabalhador” colabore. Entretanto, é o arcabouço do privado o que parece realmente compensar. A gratificação da aparência das pessoas e do ambiente, da disponibilidade e condições de trabalho, da modernidade em equipamentos e usos.. além disto há o reconhecimento público dos “bons serviços” que o indivíduo presta, a recompensa social aos mais dedicados. Isto é um fetiche. Realizado, desencadeia prazer.

Parece que são os mesmos indivíduos os que trabalham (ou experimentam) os dois espaços. Seja pela docência ou iniciativa das relações científicas empresariais interinstitucionais, não se duplicam numericamente; transitam nos dois ambientes ou mercados, mas indicam dois comportamentos, aceitos por cada

qual da mesma maneira. Ora, se um número tão expressivo de profissionais possuía ou possuem vínculos duplicitados, então a depreciação de um ambiente (a opção seria do público), parece ser compensada pelo fetichismo do outro e ajuda a disseminar a ilusão.

A Universidade e a distorção a partir do fetiche

O fato é que o fetiche do privado gera um ajuste no sistema privado, as custas do desequilíbrio do público. Em que pese a baixa capacidade estatal em resolver os agudos problemas de eficiência e provisão de um sistema que gere bons serviços e respeito aos seus trabalhadores (além de uma profunda sensação de que sempre alguém serve de “boi-de-piranha”, enquanto casos que seriam eticamente mais agressivos, sequer são tratados), não seria o caso de sucumbir-se uma perspectiva social a partir da incapacidade de reação política dos indivíduos. Não se trata de medir um erro pela amplitude ou profundidade da ignorância sobre um outro que se possa cometer.

As Universidades públicas são, ainda, órgãos do Estado. Procuram preencher seus quadros com um ritual específico, mas que possui as mesmas conseqüências da iniciativa privada: um contrato. Mas trazem (ou propugnam) uma tradição política mais constante. As expectativas sobre as condições de trabalho fizeram com que a ineficiência do estado (funcionários e estrutura) a acompanhasse e convencesse de que é real, abrangente e, o que considero pior, verdadeira em certos termos.

As corporações por sua vez acabaram por tornar-se um complicador no setor público. Há uma necessária convivência vigiada contra o abuso do seu proprietário nesta esfera, uma vez que, no serviço público, o patrimônio é, evidentemente, “público”... deveria oferecer um benefício e sentimento coletivo sobre ele, isento dos humores políticos do governo ou do governante. Do governo, porque passa; enquanto do serviço, supostamente, porque permanece. Daí o bem público deveria ser socialmente consistente. O fetiche deveria ser auto-identificável e regulável entre os pares. Esta questão é hoje um fio da navalha na tensão sobre quais questões deve-se abordar “para avançar nas lutas”. Tem-se na vigilância corporativa uma ética atabalhoada. Por sua vez, o “patrão” do público, por conta de sua natureza, consegue fazer maior pressão e exercer mais eficiência nas suas exigências rumo ao sistema privado (acabando também por apoiá-lo) do que no seu próprio domínio. Assim, a política para o sistema público e as corporações que se instalaram não conseguiram uma ponte de equilíbrio entre o bom senso administrativo e a insanidade das relações internas.

Se o que tratamos aqui faz algum sentido, então o instrumento legal para a mera existência de uma gratificação de exclusividade aos docentes, parece dispensar que se perceba um fetiche também em outras categorias, em especial os técnicos-administrativos. Mas não é assim. As relações que se desenvolvem entre ambas parecem servir mais para confirmar o fetiche do que para contraria-las. As pessoas são, essencialmente, pessoas. Não se alteram quando “categorizadas”. Simplesmente têm lugar, rotinas e papeis distintos, ainda que possam ser entendidos como complementares de algum modo, ou interdependentes em termos genéricos na realização institucional.

Em termos de função docente na universidade, de fato o horário de trabalho não indica a dedicação profissional a ele. Neste caso, docentes e técnicos-administrativos possuem lugar e papéis que se distinguem e que jamais tiveram em disputa e, muitos menos, possuem hierarquia baseada em superioridade de valores, que naturalmente se sobreporiam. Não é uma questão meritocrática, por exemplo. Pretende-se unicamente que cada um saiba o seu lugar, o que deve fazer para atingir as metas institucionais, com as funções que lhes cabe. Limites que, no privado, parecem regras que não tem um porquê de dúvida

Agora, o caráter nacional das IFES Universitárias e seu valor social intrínseco inscreve que o ônus para o país em termos de sustentar uma rede improdutiva e incompetente de docentes (na tarefa elementar da docência, e não vou discutir que o provão indique competência, pois seria um debate deslocado aqui), é um prejuízo intransferível. O que cabe e pelo que responde a categoria docente quanto a publicações, rendimento, pesquisas, formação científica e profissional, são indiscutíveis em termos de trajetória e compromissos institucionais e nada comparáveis com a atividade-meio. O “contrato” do docente lhe impõe isto. O que não ocorre com os técnicos-administrativos, menos com os alunos e que, portanto, a qualificação para ciência do pessoal administrativo não é a regra. Se o torna, converte-se a convivência docente.

Quero dizer com isto que as mágoas das relações profissionais advindas por comparações entre a rotina docente e técnica são descabidas. O que vejo discutível é a transferência e conseqüência política disto (como por exemplo o percentual da representatividade nos órgãos de deliberação interna) e o devaneio da arrogância e do pedintismo que as vezes circundam as relações entre estas categorias. Confunde-se ou faculta o uso bons modos, com a obrigação ou desobrigação de bom atendimento entre todos. Isto não tem a ver com saber o seu lugar ou disposição para o trabalho, ou ainda, incompetência profissional.

Por certo os docentes duplistas estão de alguma forma se resolvendo e sabe-se pouco dos técnicos-administrativos neste tema Seja em termos burocráticos ou políticos se resolverá (o Estado tem a capacidade de convergir para uma das soluções), mas isto parece que terá repercussões limitadas, com efeitos individuais e manutenção do fetiche, que pode não incidir na qualidade política do clima e trabalho universitário, tão necessário para o seu crescimento. Parece que, resolvida a questão individual e “driblando” as ameaças a possíveis prejuízos pessoais, o abandono a condição pública da universidade e a sua tradição social, parece acomodar a participação do fetichista enquanto sua capacidade de se comprometer abertamente com os problemas que hoje esta instituição enfrenta: uma gravíssima crise de pertinência científica, social e política.

Uma reação possível ao fetiche do privado

No privado as pessoas aparentemente se realizam. Podem fazer e acontecer; trabalhar bem, pensar sem vigiar o outro (ou não pensar), submetendo-se as regras está tudo bem e podem acumular renda. No público é o peso da carga da convivência tipo “pele-de-bufalo”: o tempo todo na água para controlar a temperatura interna, pois sem porosidade adequada, sem escapatórias, há que acostumar-se. O que pode estar ocorrendo, além dos incontestáveis fatos políticos

agressivos a dignidade do trabalho, é que o fetiche está às vias de uma conversão esquizofrênica e daí talvez não se consiga psiquiatria organizacional, nem plano de modernização de gestão que resolva.

O que penso que deve ser anotado é que o público ainda tem uma causa. É preciso iluminá-la. É isto que o fetiche abre mão. Quando a Educação Superior, enquanto bem público, consegue desenvolver-se com o olhar para a relevância das questões sociais importantes como a busca da equidade social, da prosperidade econômica sustentável, do combate a pobreza, da construção de inteligências livres, da formação de profissionais que sabem de seu trabalho, do resgate da compreensão necessária de valores sociais que incidam em relações interinstitucionais proveitosas em termos científicos, do reconhecimento permanente do sujeito multifacético, não se sucumbe a “relevância do lucro” ou ao conforto dos prazeres humanos por si. Fetiches são íntimos, não justificam uma degradação política mais profunda em termos institucionais. Não advogo nenhum voto de pobreza ou abstinência de ganhos, mas o monitoramento à pequenez individual em forma de um diletantismo profissional e ao abandono das possibilidades de tornar a universidade viável e competente.

Trabalhar bem e sentir-se recompensado por isto, em termos de universidade pública, implica em uma reconversão das consciências e o aprazimento pela verdade onde se consiga encontrar condução, criatividade e disposição no ambiente de trabalho que seja suficiente para gerar rotinas onde o combate à farsa ética, à impunibilidade e à lerdeza, seja lei. AS forçaS dessas três condições engordam em muito a busca pelo privado e a esculhambação do público. O respeito ao bem público como um bem comum não pode gerar uma “tragédia dos comuns” na universidade, onde o uso abusivo dos recursos burocráticos, dos valores aí embutidos, da omissão política e das relações desrespeitosas permitem que o que poderia ser durável seja desmontado, e os indivíduos acabem por motivar-se (e serem convencidos) mais por seus fetiches do que pelo senso de eternidade que a humanidade conseguiu construir. E daí perdermos todos nossa capacidade de dar sentido a nossa existência pela condição política que esta existência propõe na prática acadêmica e científica que é a luta pelas grandes causas. Os acadêmicos cientistas e seu trabalho com a iniciativa privada vem demonstrando isto: há mais coisas para negociar que aulas ou consciência.

VITRINE

DIVULGUE:

PRIMEIRA VERSÃO
NA INTERNET

<http://www.unir.br/~primeira/index.html>

Consulte o site e leia os artigos publicados

*Nem o tempo afoga
tanta covardia
Eu, que não conheço o profundo
perdi na viagem
os olhos e as línguas
e agora caminho nu
e me confundem com ele
e com outros malucos de estrada
que colhem lesmas
e caramujos*

CARLOS MOREIRA